



# AIL

ASSOCIAÇÃO DOS INQUILINOS LISBONENSES

1.º Maio 2009

Instituição de Utilidade Pública – Fundada em 11 de Março de 1924

---

## NOVA LEI DOS DESPEJOS EM PREPARAÇÃO

**O Governo tem em preparação um Projecto de Decreto-Lei que visa o despejo dos inquilinos, habitacionais e não habitacionais.**

**Vamos ter de dar a resposta adequada para continuar a defesa do direitos dos cidadãos a uma habitação digna.**

Ao que conseguimos saber está a ser preparado pelo Governo, para apresentação na Assembleia da República, um pedido de autorização legislativa sobre habitação que, no pressuposto de melhorar o DL nº 157/2006 (referente às obras), na verdade representa uma alteração completa e uma violenta subversão das regras actualmente em vigor quanto às obras nos prédios e fogos arrendados.

**No projecto em preparação pretende-se facultar aos senhorios a possibilidade de despejos imediatos, bastando alegar que quer executar obras de conservação no prédio ou fogo e que para as fazer o inquilino não pode permanecer no locado.**

**É repescar os projectos do Governo de Santana Lopes, derrotados em 2004.**

A ser assim, estão outra vez na primeira linha para serem atingidos os inquilinos com contratos de arrendamento e rendas mais antigos, e entre estes os mais idosos e os de menores recursos económicos porque em muitos casos as casas em que habitam necessitam de obras há muitos anos. Igualmente, serão atingidos o pequeno comércio e serviços de bairro e outras actividades económicas de pequena e média dimensão, mas que contribuem para a existência de muitos milhares de postos de trabalho e que se arriscam a serem encerrados por esta via.

Para dourar a violência de tal medida e fingir amenizar as suas graves consequências sociais, o projecto do Governo prevê indemnizações para inquilinos habitacionais no valor correspondente a dois anos de renda, num mínimo de 24 vezes o salário mínimo nacional, ou seja, 10.800,00 euros, e indemnizações para os inquilinos não habitacionais com o mínimo de 60 vezes o mesmo valor, ou seja, 27.000,00 euros.

Estamos a falar em valores insignificantes para eventuais alternativas, tendo em conta o que a habitação representa para as pessoas, para os diferentes serviços e para o emprego, valores estes que são uma pequena parcela do que representará o valor que os proprietários irão receber futuramente em novos arrendamentos ou na venda dos fogos e prédios.

Mas, quando os proprietários se "lamuriam" que estão descapitalizados e que o Governo diz que não tem dinheiro e que a reabilitação urbana está quase parada, é caso para questionar qual a razão porque aparece agora esta medida e quem a vai financiar.

Talvez porque, e não por acaso, os agentes imobiliários vieram agora propor a constituição de entidades gestoras do arrendamento onde os senhorios entreguem as suas casas para arrendarem, ou seja, em paralelo prepara-se um esquema de gestão para "engolir" os fogos que irão ficando livres após os despejos e onde serão pedidas as chamadas rendas de mercado, isto é, 600, 700, 800 euros, ou seja, rendas de carácter especulativo que só alguns podem alcançar.

Entretanto, e como preparação para o que aí pode vir, apareceu na comunicação social a intenção do Governo legislar sobre a propriedade privada, mas nada surgiu sobre a intenção de legislar sobre as obras e os despejos dos inquilinos.

**A eventual expropriação da propriedade privada já levantou um coro de protestos.**

**A intenção de fazer despejos à pala das obras também levantará um coro de protestos, ainda maior. Este é o primeiro. Outros se seguirão!**

Por outro lado, era um hábito salutar haver uma apresentação de intenções e uma discussão prévia entre o Governo e os parceiros sociais. Agora, e ao contrário, o que a AIL considera muito sério, o Secretário de Estado João Ferrão, não só não comunicou nem discutiu previamente, mas ficou muito agastado quando questionado pela AIL, por escrito, sobre quais as razões de estar em preparação nova legislação sobre habitação e arrendamento sem que a AIL tenha sido contactada, como é devido.

Claro que nada surge por acaso. Do que se trata é que mais uma vez serão as classes e camadas da população mais desfavorecidas, e os pequenos e médios comerciantes e industriais, a pagar a incúria e a inépcia.

Estará o Governo a prever o que sucederá com estes despejos? Vamos ter de voltar às barracas? Já não há sem abrigo em quantidade que envergonhe o Governo? São precisos mais?

A nós cidadãos, a nós membros da AIL, envergonha-nos, preocupa-nos e contra isso reclamamos e lutamos.

Por isso, se o Governo tiver a ousadia de ir para a frente com esta proposta vamos, de novo, ter de combater.

**Alerta pois, inquilinos habitacionais e não habitacionais.  
Vamos denunciar estas intenções e reagir contra mais esta  
espúria tentativa de nos despejarem.**

**A Associação dos Inquilinos Lisbonenses está presente e disponível  
para participar e encabeçar as lutas necessárias para evitar  
que tal descalabro vá para a frente.**

**EM 2004 VENCEMOS AS PROPOSTAS DE DESPEJO  
DO GOVERNO DE SANTANA LOPES!**

**EM 2009 VAMOS VENCER AS PROPOSTAS  
DE DESPEJO DO GOVERNO DE JOSÉ SÓCRATES!**

ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS  
UM SERVIÇO DE QUALIDADE  
PARA CONDÓMINOS E CONDOMÍNIOS

**Associação dos Inquilinos Lisbonenses, CRL**

**Sede:** Av. Almirante Reis, 12 – 1150-017 Lisboa – Tel 218 854 280 – Fax 218 854 281

**Delegações:**

**Almada:** Pct. D. Pedro I, 3 - 1.º Dt. – Tel./Fax 212 769 061

**Barreiro:** R. Miguel Bombarda, 76 - 2.º Dt. Tel./Fax 212 079 255

**Amadora:** R. 27 de Junho, 8 - 1.º Esq. – Tel./Fax 214 945 776

Pág. Web: [www.ail.pt](http://www.ail.pt) - email: [ail@ail.pt](mailto:ail@ail.pt)